

Audiência Pública
Comissão de Educação, Cultura e Esporte do
Senado Federal
Brasília, 21 de outubro de 2014

Excelentíssimo Senhor Senador Cyro Miranda
Presidente

Senhoras e Senhores

Com grande satisfação compareço a esta Audiência Pública destinada a debater o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa e agradeço o convite que me trouxe até aqui.

Diante de um grupo de debatedores tão qualificado, selecionei alguns tópicos que julguei possam dar modesta colaboração à temática. São ao todo dez tópicos.

1. O primeiro diz respeito à relação entre ortografia , alfabetização e escrita.

Em uma análise baseada no senso comum, principalmente de pessoas leigas _ e o adjetivo leigo aqui não é depreciativo, pois em uma mundo tecnológico tão complexo, ninguém é especialista em todos os assuntos. Nós , por exemplo, somos leigos

em uma matéria universalmente difundida, como a Medicina, ou em um campo de saber mais específico, como a Física Quântica, por exemplo. Mas não somos leigos em Linguística da Língua Portuguesa, que é o estudo científico dessa língua, que vem a ser a língua oficial do Brasil e de outros sete países espalhados por vários continentes.

Pois bem, numa análise leiga, costuma-se entender que a aquisição da escrita, e consequentemente, a superação do analfabetismo, decorre basicamente da aprendizagem da ortografia.

A análise linguística da questão vem demonstrar que as habilidades necessárias à elaboração de um texto bem escrito ultrapassam muito o simples domínio da ortografia. Sem tempo ou intenção de nos aprofundarmos no assunto, podemos pensar em todos os elementos de um texto que o tornam um todo unificado e não uma simples sequência de frases. Entre esses elementos, ressaltem-se os mecanismos referenciais de coesão ou os de concordância, os nexos sequenciais etc. Além desses que vão manter o texto como uma manifestação coesa de linguagem, há as exigências semânticas na seleção do

vocabulário, de modo a preservar a coerência do que se escreve e a ordenação da sucessão sintagmática dos períodos. Há diferenças nos mecanismos de coesão e de coerência entre textos orais, principalmente os que se constroem na interação *in praesentia* dos interlocutores e os que são construídos *in absentia* física desses. Por tudo isso, escrever um texto é difícil, mesmo para quem tem o domínio da modalidade oral da língua em que esse é escrito. Não é pois de se espantar que grande parte dos nossos alunos que concluem o Ensino Fundamental não tenham ainda competência para elaborar um texto. A ortografia é apenas uma exigência ulterior, mas nem por isso sem importância ou pouco valorizada, já que erros de ortografia são muito criticados em nossa sociedade. O que quero dizer, em suma, neste primeiro tópico, é que o domínio da ortografia por si só não torna uma pessoa alfabetizada. O conhecimento da língua escrita situa-se muito acima e muito além do uso correto da ortografia.

Tomando esse primeiro tópico como um pressuposto, passo ao segundo e

novamente me valho do senso comum e generalizado entre os leigos.

2. É aconselhável que as ortografias tenham caráter fonético, ou pelo menos razoavelmente fonêmico, para facilitar a alfabetização.

O conhecimento das chamadas línguas de cultura contemporâneas demonstra que essa asserção é uma falácia. Em línguas como o inglês, o francês ou o alemão, por exemplo, há uma enorme distância entre a sua ortografia e as pronúncias atuais. Isso ocorre porque a pronúncia dessas línguas foi-se alterando ao longo dos séculos, como de resto sempre acontece com as línguas naturais, mas as comunidades que as usam optaram por preservar a ortografia em seu formato inicial e não são afeitas a reformas ortográficas. Se a ortografia de uma língua tivesse de ser fiel à fonética, ou à fonêmica daquele idioma, nenhuma criança se alfabetizaria nos países de língua inglesa ou de língua francesa. O que acontece, na verdade, é o contrário disso, a maioria dos países anglófonos ou francófonos apresentam baixíssimos índices de analfabetismo.

3. Minha terceira premissa, traduzida do latim, é : palavras voam, a escrita permanece, ou seja, a escrita é menos susceptível a mudanças e às circunstâncias que têm influência sobre a produção oral da língua. Porque são gravados para a posteridades (vide os hieróglifos egípcios ou os manuscritos do Mar Morto, por exemplo) os signos da escrita seguem uma lógica própria, não necessariamente dependente da lógica que preside à oralidade. Assim, as grafias das línguas nacionais atuais surgidas na Idade Moderna, no período de formação das nações contemporâneas, seguem critérios definidos a priori, como parte de processos institucionalizados de padronização da língua, e não registram variantes regionais ou índices de emoção ou ênfase, exceto pelos sinais de pontuação.

4. Chegamos assim à nossa quarta premissa. O Português, que hoje é língua oficial de oito países, surgiu como tal, distinto do espanhol , ou de outras língua latinas vizinhas, por volta do ano 1.000, século 9º portanto 500 anos antes que as caravelas de Cabral, supostamente por acaso, chegassem à bela costa do cacau na Bahia de Todos os Santos. Quando Portugal chegou à terra dos índios

Pataxós da Coroa Vermelha já tinha uma ortografia incipiente, pois há registros de Português escrito datado de 1175 _ Notícia de Fiadores, como nos informam Rodolfo Ilari e Renato Basso (Contexto, 2006). Nessa fase do Português Arcaico e mesmo muitos séculos depois, a escrita estava longe de ser codificada. Em um mesmo texto, a mesma palavra podia aparecer sob diversas formas.

5. Vamos então à quinta premissa : a padronização da ortografia de nossa língua, que o grande Mattoso Câmara considera razoavelmente fonêmica, só iria ocorrer no século XIX, como um serviço prestado por fonólogos portugueses. Pois que àquela época não havia fonólogos no Brasil, nem em Angola, em Moçambique ou em qualquer dos países que formam a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP.

6. Ao promover a codificação ortográfica, fonólogos como Leite de Vasconcelos ou Gonçalves Viana seguiram alguns princípios básicos, como descartar variações regionais na pronúncia; preservar a etimologia e levar em consideração a morfossintaxe da língua. Pelo critério etimológico, por exemplo, escrevemos chave e chuva com o dígrafo ch

e xarope com a letra x; pelo segundo critério, grafamos todas as formas do imperfeito do subjuntivo com o dígrafo ss “quisesse, pudesse, fizesse ...

7. O tempo urge e é preciso chegar à questão do Acordo Ortográfico firmado no âmbito da CPLP em 1990, depois de quase 25 anos de negociação. Aos povos ibéricos agrada fazer reformas ortográficas., houve muitas no âmbito da Língua Portuguesa, durante o século XX. Quase sempre resultavam em desacordo entre Portugal e Brasil, dependendo de quem havia sido a iniciativa do acordo. Por isso esse último de 1990 não foi binacional, foi multinacional e nasceu de extensivas negociações na CPLP. O Brasil, que detém $\frac{3}{4}$ dos falantes de Português no mundo foi signatário e o nosso Congresso Nacional já o ratificou em 2004. Cumpra à República Federativa do Brasil pois implantá-lo, sem mais tergiversações ou adiamentos. Nem cabem tampouco quaisquer revisões unilaterais desse acordo, haja vista que desde 1990 todo o acervo de publicações nacionais, inclusive os livros didáticos comprados pelo MEC, vem usando a ortografia prevista no referido acordo. O custo dessas publicações é altíssimo para um país em desenvolvimento como o nosso.

8. Só quem nunca entrou numa sala de aula de um Curso de Licenciatura para a Formação de Professores ignora a dificuldade que existe na capacitação desses professores para usarem e ensinarem ortografia de forma lógica e atualizada.
9. Somos um país em que , pelo menos , um décimo da população adulta é analfabeta e um quarto é analfabeta funcional. Não podemos fazer experiências numa matéria de tal gravidade. Não vamos encontrar nenhuma fórmula mágica para alfabetizar todos os brasileiros. O que temos de fazer é conduzir nossos processos de alfabetização com empenho, com insistência, com respeito às variações sociolinguísticas, com cumprimento dos períodos letivos previstos em lei, e, principalmente, com professores bem capacitados. Isso é uma questão de política de Estado e seria muito louvável que esta Comissão tomasse para si a tarefa de apoiar, incentivar e enfatizar o compromisso de todos os entes federativos , nos três níveis da administração pública, para que de fato possamos chegar ao bicentenário da independência em 2022 sem que haja qualquer brasileiro incapaz de ler e escrever. Essa seria uma verdadeira atitude patriótica da Comissão de Educação do Senado Federal,

conduzida à luz de uma pedagogia linguística moderna e eficaz.

Para concluir, como o nosso colega Carlos Alberto Faraco , membro da Comissão de Consultores da CPLP , juntamente com o Prof. Evanildo Bechara, para a elaboração do Vocabulário Ortográfico Comum está ausente nesta Audiência, o que é uma pena, vou ler um relato seu sobre a situação atual do referido Vocabulário Comum e dos Vocabulários Nacionais conduzidos pela CPLP sob a supervisão acadêmica do IILP _ Instituto Internacional de Língua Portuguesa.

Muito obrigada

Stella Maris Bortoni-Ricardo- Professora Titular de Linguística UnB